

Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. ("Linx", "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 ("4º trimestre de 2018", "4T18") comparativamente a 31 de dezembro de 2017 ("4º trimestre de 2017", "4T17").

A Linx, presente no mercado há mais de 30 anos, é líder em tecnologias para o varejo, utilizando a nuvem, big data, inteligência, entre outras inovações, para criar um amplo portfólio de soluções transacionais e de performance, que incluem softwares de gestão (POS - ponto de venda e ERP - "enterprise resource planning"), SaaS ("software as a service") com destaque para Digital (OMS e e-commerce), Pay Hub (TEF e sub-adquirência) e cross selling (NFCe e conectividade), entre muitas outras.

Desempenho Operacional e Financeiro

Observamos no 4T18 um aumento sequencial do Índice de Confiança do Comércio (ICOM) a partir do mês de outubro (+3,8% vs. setembro/18), atingindo em dezembro seu maior patamar desde abril de 2013. Adicionalmente, segundo o eBit/Nielsen, a Black Friday teve um desempenho 25% superior ao ano anterior e as nossas ferramentas de Digital tiveram um importante papel nesse aumento, foram 380 mil buscas por minuto e 2 milhões de recomendações por minuto. Também tivemos o primeiro varejista da nossa base de clientes com todos canais integrados ao OMS (Order Management System) e uma operação 100% Omnichannel. Vale destacar que já temos um pipeline de aproximadamente 8 mil lojas contratadas para roll-outs ao longo de 2019 e 2020. No entanto, apesar de positivo, o aumento do nível do índice de confiança do comércio é somente o primeiro passo para uma retomada do investimento dos varejistas. Dessa forma, terminamos o ano com crescimento de receita recorrente de 15,3%, porém ainda sem aceleração do crescimento orgânico.

No 4T18, a receita recorrente atingiu R\$170,2 milhões, +15,3% sobre o 4T17 e +6,4% frente ao 3T18, representando 81% da receita operacional bruta.

A receita de serviços atingiu R\$39,6 milhões no trimestre, +14,8% comparado ao 4T17 em função do aumento do número e porte de projetos de implantação no período, principalmente ligados ao software de OMS.

(R\$ mil)	4T18	4T17	Δ%	3T18	Δ%	2018	2017	Δ%
Receita operacional líquida	182.095	157.437	15,7%	174.309	4,5%	685.559	571.590	19,9%
Custos dos serviços prestados	(51.887)	(45.149)	14,9%	(49.140)	5,6%	(195.848)	(168.873)	16,0%
Lucro bruto	130.208	112.288	16,0%	125.169	4,0%	489.711	402.717	21,6%
Despesas operacionais	(106.516)	(89.726)	18,7%	(109.140)	-2,4%	(399.648)	(328.349)	21,7%
EBIT	23.692	22.562	5,0%	16.029	47,8%	90.063	74.368	21,1%
Depreciação e amortização	20.729	17.880	15,9%	20.596	0,6%	78.729	69.983	12,5%
EBITDA	44.421	40.442	9,8%	36.625	21,3%	168.792	144.351	16,9%
Margem EBITDA	24,4%	25,7%	-120 bps	21,0%	330 bps	24,6%	25,3%	-70 bps

(R\$ mil)	4T18	4T17	Δ%	3T18	Δ%	2018	2017	Δ%
EBITDA	44.421	40.442	9,8%	36.625	21,3%	168.792	144.351	16,9%
Reversão líquida de earn-outs	(5.000)	(1.134)	340,9%	-	n.a.	(12.664)	(3.243)	290,5%
Ajuste de contrato de aluguel	6.313	-	n.a.	-	n.a.	6.313	-	n.a.
Encerramento operação Chaordic EUA	-	-	n.a.	1.027	n.a.	1.027	-	n.a.
Reestruturação organizacional	-	-	n.a.	4.069	n.a.	4.069	-	n.a.
Despesas com mudança das filiais de SP e Recife	-	-	n.a.	-	n.a.	-	2.391	n.a.
EBITDA ajustado	45.734	39.308	16,3%	41.722	9,6%	167.538	143.499	16,8%
Margem EBITDA ajustada	25,1%	25,0%	30 bps	23,9%	120 bps	24,4%	25,1%	-80 bps

O EBITDA ajustado atingiu R\$45,7 milhões no trimestre, +16,3% e +9,6% em relação ao EBITDA ajustado do 4T17 e 3T18, respectivamente.

A margem EBITDA ajustada foi de 25,1% no trimestre, +30 bps e +120 bps em relação ao 4T18 e 3T17, respectivamente.

O lucro líquido ajustado foi de R\$18,5 milhões no 4T18, um aumento de 16,3% em comparação ao 4T17 e +31,1% em relação ao 3T18. Adicionalmente, o lucro caixa ajustado foi de R\$26,4 milhões no trimestre, -1,8% e +12,3% em comparação ao 4T17 e 3T18, respectivamente.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

As demonstrações contábeis da Companhia e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Linx S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita de serviços de implementação e personalização

O Grupo presta serviços de implementação e personalização, os quais são reconhecidos no resultado do exercício ao longo do tempo, utilizando um método de insumo para mensurar o andamento até a realização completa do serviço, uma vez que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pelo Grupo. Essa mensuração leva em consideração os débitos de horas dos profissionais nos respectivos projetos.

Considerando a magnitude dos montante envolvidos, além da dependência de controles manuais e julgamento para definição do estágio de conclusão dos projetos que podem impactar o valor do contas a receber e receitas relacionados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados com o reconhecimento de receita de serviços de implementação e personalização incluíram, entre outros:

- A avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos; e
- O entendimento e avaliação dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao reconhecimento de receita de serviços de implementação e personalização, tendo sido identificadas deficiências no desenho e na operação destes controles internos associados à determinação do estágio de conclusão dos projetos.

Adicionalmente realizamos testes documentais próximo do fechamento contábil anual (“teste de corte da receita”) através do confronto entre notas fiscais emitidas, pedido de serviços e aceite do cliente, para avaliação dos critérios utilizados pela Companhia no reconhecimento da receita de serviços. Como resultado desse procedimento, identificamos ajustes indicando a necessidade de complemento nos saldos de receita diferida, os quais foram registrados pela Administração da Companhia dada sua materialidade em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos ao reconhecimento de receita de serviços de implementação e personalização, bem como o ajuste de auditoria identificado e mencionado acima, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes ao reconhecimento destas receitas. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços de implementação e personalização, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de custos de desenvolvimento de software

A Companhia realiza o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados para os seus clientes atuais e novos clientes potenciais. Os gastos com mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis ao desenvolvimento desses produtos são capitalizados como um intangível pela Companhia, conforme nota explicativa 14.

A capitalização é realizada pela Companhia, somente quando todos os seguintes elementos, definidos pelas práticas contábeis do Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento envolvido na determinação dos gastos que serão capitalizados pela Companhia, que deverá demonstrar que os critérios estabelecidos para capitalização de custos de desenvolvimentos de software foram atendidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a capitalização de custos de desenvolvimento de software incluíram, entre outros:

- O entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de capitalização de custos de desenvolvimento de software;
- A seleção de uma amostra de projetos para verificação da sua viabilidade técnica, avaliação da intenção da Companhia com o ativo (venda ou uso) e sua viabilidade financeira, além da realização de indagações e entrevistas com os responsáveis dos projetos capitalizados para entendimento da viabilidade técnica;
- Realização de testes documentais, onde analisamos os débitos de horas dos profissionais e sua relação com os projetos que estão sendo capitalizados, além de obter evidências que corroborem se as atividades exercidas pelo funcionário nesses projetos é consistente com os critérios para capitalização e obtenção de representação dos gestores confirmando a alocação dos profissionais nos projetos; e
- Avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre as premissas consideradas na capitalização de custos e os montantes envolvidos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização de custos da Companhia derivadas para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável do ágio

A Companhia realizou aquisições de empresas em anos anteriores e no exercício corrente que resultaram no reconhecimento de ágio por rentabilidade futura e que representam valores significativos em suas demonstrações financeiras, conforme divulgado nota explicativa 14. O valor recuperável desses ágios, por possuírem vida útil indefinida são testados anualmente pela Companhia para verificar se o valor recuperável é superior ao valor contábil.

A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável do ágio podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados à avaliação do valor recuperável do ágio incluíram, entre outros:

- O entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor recuperável do ágio;
- Envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas nas projeções dos fluxos de caixas, incluindo taxas de crescimentos e de desconto, resultados projetados e margem de lucro comparando com informações macroeconômicas;
- A realização da comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com os respectivos valores contábeis dos ágios; e
- Análise da adequação das respectivas divulgações da Companhia das premissas consideradas nos cálculos de recuperabilidade dos ágio e os montantes envolvidos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Combinação de negócios

Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu as empresas Itecgyn Informática Ltda., Único Sistemas e Consultoria S.A. e DCG Soluções para Venda Digital S.A. As aquisições foram contabilizadas pela Companhia, considerando o método de aquisição e representaram valores significativos nas demonstrações financeiras, incluídos na nota explicativa 5.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na identificação e determinação do valor justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição, além da magnitude dos montantes envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros:

- O entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisições de empresas;
- O envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura;
- Realização de auditoria dos saldos iniciais das empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos e passivos assumidos; e

- Avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia das combinações de negócio.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Linx S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	50	33	49.850	42.918
Aplicações financeiras	7	60.108	6.891	413.374	487.816
Contas a receber de clientes	8	-	-	167.102	128.177
Tributos a recuperar	9	8.848	7.330	35.094	33.054
Empréstimos a partes relacionadas	10	-	2.877	-	-
Outros créditos	11	49	28	43.407	28.119
		69.055	17.159	708.827	720.084
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	-	-	-	20.990
Contas a receber de clientes	8	-	-	3.280	2.952
Tributos diferidos	19	4.100	4.157	4.449	4.272
Outros créditos	11	-	-	7.213	1.485
Investimentos	12	987.300	1.182.321	-	-
Imobilizado	13	-	-	74.273	62.332
Intangível	14	-	-	849.634	751.909
		991.400	1.186.478	938.849	843.940
Total do ativo		1.060.455	1.203.637	1.647.676	1.564.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		47	7	13.623	8.518
Empréstimos e financiamentos	15	-	2.852	40.720	31.783
Obrigações trabalhistas	16	16	292	43.801	38.869
Impostos e contribuições a recolher		385	743	13.455	13.194
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.206	485
Contas a pagar por aquisição de controladas	17	-	-	57.099	56.087
Receita diferida	18	-	-	40.053	8.478
Antecipação de dividendos		2.764	4.223	2.764	4.211
Outros passivos		34	25.000	7.979	7.613
		3.246	33.117	220.700	169.238
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	209.261	65.505
Contas a pagar por aquisição de controladas	17	-	-	55.388	74.680
Tributos diferidos	19	-	-	72.635	80.324
Receita diferida	18	-	-	19.195	-
Provisão para contingências	21	-	-	10.960	2.776
Outros passivos		-	-	2.328	981
		-	-	369.767	224.266
Patrimônio líquido					
Capital social	20	488.467	486.032	488.467	486.032
Reservas de capital	20	369.879	479.809	369.879	479.809
Reservas de lucros	20	179.457	186.137	179.457	186.137
Dividendos adicionais propostos	20	22.236	18.789	22.236	18.789
Outros resultados abrangentes		(2.830)	(247)	(2.830)	(247)
		1.057.209	1.170.520	1.057.209	1.170.520
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.060.455	1.203.637	1.647.676	1.564.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	22	-	-	685.559	571.590
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(195.848)	(168.873)
Lucro bruto		-	-	489.711	402.717
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(969)	(1.467)	(218.369)	(190.870)
Pesquisa e desenvolvimento	14/23	-	(2)	(73.527)	(64.280)
Vendas	23	(2)	(5)	(111.008)	(72.393)
Resultado da equivalência patrimonial	12	55.256	67.541	-	-
Outras receitas operacionais	23	-	-	8.401	4.311
Outras despesas operacionais	23	-	-	(5.145)	(5.117)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		54.285	66.067	90.063	74.368
Receitas financeiras	24	17.193	19.527	46.868	58.421
Despesas financeiras	24	(327)	(883)	(44.787)	(24.028)
Resultado financeiro líquido		16.866	18.644	2.081	34.393
Lucro antes dos impostos		71.151	84.711	92.144	108.761
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(38)	84	(9.959)	(9.217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(58)	50	(11.130)	(14.699)
Lucro líquido do exercício		71.055	84.845	71.055	84.845
Lucro por ação					
Básico (em Reais)	27	0,4357	0,5177	0,4357	0,5177
Diluído (em Reais)	27	0,4329	0,5150	0,4329	0,5150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	71.055	84.845	71.055	84.845
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(2.437)	(247)	(2.437)	(247)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Benefício pós-emprego	(146)	-	(146)	-
Resultado abrangente total	68.472	84.598	68.472	84.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital					Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Total	
		Capital social	Ágio na subscrição de capital	Plano de opções de ações	Ações em tesouraria	Gastos com emissão de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		480.808	539.571	9.741	-	(37.009)	512.303	7.037	134.255	141.292	-	-	18.875	1.153.278
Aumento de capital		5.224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.224
Dividendo adicional pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.875)	(18.875)
Gasto com emissão de ações		-	-	-	-	(414)	(414)	-	-	-	-	-	-	(414)
Recompra de ações		-	-	-	(33.887)	-	(33.887)	-	-	-	-	-	-	(33.887)
Plano de opções de ações		-	-	1.807	-	-	1.807	-	-	-	-	-	-	1.807
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(247)	-	(247)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.845	-	-	84.845
Destinações														
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.789)	-	18.789	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.211)	-	-	(4.211)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.000)	-	-	(17.000)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	44.845	44.845	(44.845)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		486.032	539.571	11.548	(33.887)	(37.423)	479.809	7.037	179.100	186.137	-	(247)	18.789	1.170.520
Ajustes de Exercícios Anteriores														
Efeitos da adoção inicial da IFRS 9		-	-	-	-	-	-	-	(1.015)	(1.015)	-	-	-	(1.015)
Efeitos da adoção inicial da IFRS 15		-	-	-	-	-	-	-	(38.542)	(38.542)	-	-	-	(38.542)
Saldos Iniciais em 01/01/2018		486.032	539.571	11.548	(33.887)	(37.423)	479.809	7.037	139.543	146.580	-	(247)	18.789	1.130.963
Aumento de capital	20	2.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.435
Recompra de ações	20	-	-	-	(114.486)	-	(114.486)	-	-	-	-	-	-	(114.486)
Dividendo adicional pagos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.789)	(18.789)
Plano de opções de ações	28	-	-	4.556	-	-	4.556	-	-	-	-	-	-	4.556
Efeito da aplicação da hiperinflação		-	-	-	-	-	-	-	1.822	1.822	-	-	-	1.822
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)	-	(146)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.437)	-	(2.437)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.055	-	-	71.055
Destinações														
Dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.236)	-	22.236	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.764)	-	-	(2.764)
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Retenção de lucros	20	-	-	-	-	-	-	-	31.055	31.055	(31.055)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		488.467	539.571	16.104	(148.373)	(37.423)	369.879	7.037	172.420	179.457	-	(2.830)	22.236	1.057.209

Linx S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		71.055	84.845	71.055	84.845
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades					
Geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	13/14	-	-	78.729	69.983
Resultado de equivalência patrimonial	12	(55.256)	(67.541)	-	-
Adição para créditos de liquidação duvidosa	8	-	-	2.956	1.432
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		-	-	10.310	966
Adição (reversão) de ajuste a valor presente		-	-	(5.266)	2.781
Plano de opção de compra de ações		(486)	-	4.556	1.807
Encargos financeiros		36	-	17.842	11.720
Impostos diferidos	19	58	(50)	11.130	14.699
Impostos correntes	19	38	(84)	9.959	9.217
Provisões para contingência	21	-	-	(495)	71
Outras receitas operacionais	23	-	-	(8.997)	(4.853)
Receita com aplicação financeira	24	(1.204)	(1.591)	(26.500)	(56.781)
Efeito da aplicação da hiperinflação		-	-	1.163	-
Outros		(13)	-	-	-
		(56.827)	(69.266)	95.387	51.042
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(41.938)	(14.507)
Impostos a recuperar		1.158	143	(7.156)	(5.181)
Outros créditos e depósitos judiciais		2.856	12.004	(17.393)	(6.225)
Fornecedores		40	(14)	4.022	(2.841)
Obrigações trabalhistas		(277)	292	3.426	7.665
Impostos e contribuições a recolher		(389)	662	1.891	6.826
Receita diferida		-	-	(7.037)	1.302
Outras contas a pagar		36	24.904	1.445	(5.872)
Impostos de renda e contribuição social pagos	19	(2.683)	-	(6.003)	(9.796)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		14.969	53.570	97.699	107.258
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(25.132)	(25.151)
Aquisição de ativo intangível		-	-	(57.681)	(40.394)
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes de caixa adquiridos		-	-	(75.132)	(84.727)
Aumento de capital em controladas		-	(1.500)	-	-
Antecipação de dividendos recebidos		190.000	-	-	-
Aporte de Aplicações financeiras	7	(187.970)	(41.557)	(774.028)	(478.956)
Resgate de juros e aplicação financeira	7	135.957	67.518	897.614	685.153
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimentos		137.987	24.461	(34.359)	55.925
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	-	191.837	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	(2.799)	(11.314)	(40.851)	(33.959)
Encargos financeiros pagos	15	(89)	(659)	(9.028)	(9.480)
Pagamentos de aquisição de controladas	17	-	-	(45.878)	(19.454)
Juros sobre capital próprio pagos		(15.000)	(17.000)	(15.000)	(17.000)
Ações em tesouraria		(114.486)	(33.887)	(114.486)	(33.887)
Aporte de capital de acionistas	20	2.435	5.224	2.435	5.224
Gasto com emissão de ações		-	(414)	-	(414)
Dividendos pagos		(23.000)	(20.000)	(23.000)	(20.000)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de financiamentos		(152.939)	(78.050)	(53.971)	(128.970)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(2.437)	1.478
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		17	(19)	6.932	35.691
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		33	52	42.918	7.227
No fim do período		50	33	49.850	42.918
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		17	(19)	6.932	35.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas				
Venda bruta de serviços e mercadorias	-	-	763.201	638.411
Outras receitas	-	-	8.401	4.311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(981)	1.432
	-	-	770.621	644.154
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de serviços e mercadorias vendidas	-	-	(75.801)	(55.232)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(383)	(196)	(121.291)	(86.477)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	(4.272)	(6.297)
	(383)	(196)	(201.364)	(148.006)
Valor adicionado bruto	(383)	(196)	569.257	496.148
Depreciação e amortização	-	-	(78.729)	(69.983)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(383)	(196)	490.528	426.165
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	55.256	67.541	-	-
Receitas financeiras	17.193	19.527	46.868	58.421
	72.449	87.068	46.868	58.421
Valor adicionado total a distribuir	72.066	86.872	537.396	484.586
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	588	1.278	305.495	272.017
Remuneração direta	588	1.278	244.847	220.272
Benefícios	-	-	36.868	31.750
FGTS	-	-	23.780	19.995
Impostos, taxas e contribuições	96	(134)	99.969	91.454
Federais	96	(134)	76.537	71.579
Estaduais	-	-	4.276	3.957
Municipais	-	-	19.156	15.918
Remuneração de capitais de terceiros	327	883	60.877	36.270
Juros	327	883	44.787	24.028
Aluguéis	-	-	16.090	12.242
Remuneração de capitais de próprios	71.055	84.845	71.055	84.845
Dividendos e juros sobre o capital próprio	40.000	40.000	40.000	40.000
Lucros retidos	31.055	44.845	31.055	44.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Avenida das Nações Unidas, 7221, 7º andar, São Paulo - Capital, a Linx S.A. ("Companhia" ou "Linx"), uma sociedade anônima, fornece soluções de software de gestão em ERP (*Enterprise Resource Planning*) e POS (*Point of Sale* ou *Point of Service*) e oferece soluções de conectividade, TEF (*Electronic Funds Transfer*), e-commerce e CRM (*Customer Relationship Management*), OMS (*Order Management System*) e meios de pagamento para o setor varejista no Brasil. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

A Linx abriu seu capital em 8 de fevereiro de 2013 e tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo B3 e são negociadas sob o código LINX3.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2019.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis.

2.3 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O comitê de avaliação da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

Perda por redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia.

3.1. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva toma suas decisões operacionais e estratégicas observando os resultados consolidados, ou seja, possui apenas um segmento operacional.

3.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia reavalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/2018	31/12/2017
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas Indiretas		

Napse S.R.L.	100,00%	100,00%
Sback Tecnologia da Informação Ltda.	100,00%	100,00%
Percycle Serviços Ltda. (**)	-	100,00%
DCG Soluções para Venda Digital S.A. (*)	100,00%	-
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (***)	100,00%	-

(*) Empresas adquiridas pela Linx Sistemas durante o exercício de 2018

(**) Empresas incorporadas pela Linx Sistemas durante o exercício de 2018

(***) Alteração da razão social (anteriormente Synthesis Brasil)

A Companhia e suas controladas (conjuntamente “O Grupo”) é controladora direta das seguintes empresas:

Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (“Linx Sistemas”): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria e treinamento.

Linx Telecomunicações Ltda. (“Linx Telecomunicações”): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet.

É controladora indireta das seguintes Empresas:

Napse S.R.L. (“Napse”): atuante no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de ponto de venda (POS), soluções para meios de pagamento eletrônico (TEF) e motor de promoções para grandes cadeias varejistas nos principais mercados da América Latina.

Sback Tecnologia da Informação Ltda. (“Sback”): atuante na plataforma cloud líder em tecnologias de retenção, reengajamento e recaptura através de Big Data e Inteligência para engajamento.

DCG Soluções para Venda Digital S.A. (“DCG”): atuante no desenvolvimento de plataformas de e-commerce, tendo como foco o desenvolvimento de soluções tecnológicas no modelo *Software as a Service* (SaaS) que permitem a venda digital e a conexão com *marketplaces*.

Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (“Linx Pay”): atua com a finalidade de agregar todas as iniciativas da Companhia relacionadas à fintech como TEF (gateway de pagamentos), DUO (Smart POS) e o recém lançado Linx Pay Easy (subadquirência), além dos novos produtos alinhados ao posicionamento estratégico da Linx nessa área.

3.3. Combinações de negócios

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por

parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3.4. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas
- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito,

ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Empréstimos e recebíveis

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

3.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva.

3.8 Ativos intangíveis e ágio

Ágio

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar

se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios económicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e económica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício económico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios económicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios económicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os

outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.9 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil da Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

3.11 Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada

pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

3.12 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido. Estas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre estes itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, A Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

Controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das

transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a esta entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.14 Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas de software que compreende taxas de licenciamento, receita de manutenção e receita de serviços que inclui implementação e personalização. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

- Receitas de manutenções: São receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção mensal é agregada em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de manutenções mensais não são reembolsáveis e são faturadas e pagas mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “softwares” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.
- Receita de Royalties - As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando determina o momento quando todos os riscos e benefícios da licença são transferidos mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

3.15 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

3.16 Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

3.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada Sback Tecnologia da Informação Ltda. adota o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

3.18 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.19 Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser

estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

c. Remuneração com base em opções de compra de ações

A Companhia oferece aos seus executivos planos de incentivo de longo prazo, com base na concessão de opção de compra de ações.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia e suas controladas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

3.20 IAS 29/CPC 42 Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina.

De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, aplicando as regras da IAS 29/CPC 42 da seguinte forma:

(i) A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1 de julho de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29/CPC 42, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações financeiras de qualquer entidade desde o período em que se identifique a existência de hiperinflação);

(ii) Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações

no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29/CPC 42, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações financeiras se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);

(iii) A demonstração do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações financeiras do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio).

A demonstração de resultado da Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida conforme o CPC 02, em decorrência da aplicação da IAS 29/CPC 42.

A aplicação inicial gerou um impacto para o período findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.822, e um impacto negativo no lucro líquido de R\$ 1.163.

3.21 Demonstrações de valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.22 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de computadores, móveis e instalações	341	469
Aquisição de software e software desenvolvidos	-	599

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia adotou o CPC 47 utilizando o método de adoção retrospectivo modificado. A Companhia não aplicou nenhum dos outros expedientes práticos opcionais disponíveis.

CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável.

A Companhia aplicou de forma prospectiva com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018. A mudança não teve impacto material nos fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento da Companhia e no lucro por ação básico e diluído.

A natureza destes ajustes é descrita abaixo:

- (a) Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48, os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A avaliação do modelo de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de adoção inicial em 1º de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são exclusivamente compostos de pagamentos de principal e juros foi realizada com base nos fatos e circunstâncias existentes no reconhecimento inicial dos ativos.

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia. A Companhia continuou a mensurar pelo valor justo todos os ativos financeiros anteriormente mantidos ao valor justo de acordo com o CPC 38. A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Classificação – Ativos e Passivos financeiros:

	Classificação IAS 39/CPC 38	Classificação IFRS 9/CPC 48
Ativos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações financeiras	VJR	VJR
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de controladas	Custo amortizado	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado	Custo amortizado

i) **Impairment de ativos financeiros**

O IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas da IAS 39/CPC 38, por um modelo de perdas de crédito esperadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos mensurados ao custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 12 meses.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais consolidados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao saldo de abertura, em 1 de janeiro de 2018, afetados pelas novas normas:

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2017	Impactos referentes as adoções das IFRS 15/CPC 47 IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras em 01/01/2018
Ativo			
Circulante	720.084	(1.539)	718.545
Contas a receber de clientes	128.177	(1.539)	126.638
Outros ativos circulantes	591.907	-	591.907
Não circulante	843.940	19.789	863.729
Tributos diferidos	4.272	19.789	24.061
Outros ativos não circulantes	839.668	-	839.668
Total do ativo	1.564.024	18.250	1.582.274
Passivo			
Circulante	169.238	30.850	200.088
Receita diferida	8.478	30.850	39.328
Outros passivos circulantes	160.760	-	160.760
Não circulante	224.266	26.957	251.223
Receita diferida	-	26.957	26.957
Outros passivos	224.266	-	224.266
Patrimônio líquido	1.170.520	(39.557)	1.130.963
Total do Passivo	1.564.024	18.250	1.582.274

Para fins de comparabilidade, apresentamos abaixo a reconciliação dos impactos no resultado consolidado para o período findo de 31 de dezembro de 2018 sem os efeitos das novas normas:

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impactos referentes as adoções dos IFRS 15/CPC 47 IFRS 9/CPC 48	Demonstrações Financeiras de 31/12/2018 sem efeito das referidas normas
Resultado			
Receita Líquida	685.559	(8.731)	676.828
Custos dos Serviços Prestados	(195.848)	-	(195.848)
(=) Lucro bruto	489.711	(8.731)	480.980
Despesas operacionais	(399.648)	931	(398.717)
(=) Lucro antes das receitas e despesas financeiras	90.063	(7.800)	82.263
Resultado financeiro	2.081	-	2.081
(=) Resultado antes dos imposto	92.144	(7.800)	84.344
IR e CS Corrente e Diferido	(21.089)	1.992	(19.097)
(=) Lucro líquido	71.055	(5.808)	65.247

A Companhia e suas controladas, conforme requisitos de redução ao valor recuperável de ativos financeiros da IFRS 9/CPC 48, efetuaram aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas. Estas mudanças geraram um impacto de R\$1.539 no patrimônio líquido de 01 de janeiro de 2018 e R\$931 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia concluiu que as receitas referentes às taxas de royalties são reconhecidas ao longo do tempo do contrato de uso de software, sendo as obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo do contrato, de acordo com os requisitos exigidos pela norma, e concluiu um impacto na receita diferida de R\$57.807 em 01 de janeiro de 2018 e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$8.731 em receita de serviços de royalties.

Os impactos comentados acima referentes a aplicação do IFRS15/CPC47 e IFRS9/CPC48 geraram, como consequência, um incremento na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$19.789 em 01 de janeiro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o efeito no resultado foi de R\$1.992 em Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.24 Normas emitidas que não entraram em vigor

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:

Normas e emendas a normas		Data efetiva (períodos anuais iniciados em ou após)
IFRS 16	Operações de arrendamento financeiros	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre os Tratamentos do Imposto de Renda	1º de janeiro de 2019
Emendas à IFRS 9	Características de Pré-Pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Emendas à IAS 28	Interesses de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2019

Melhorias Anuais de Padrões IFRS	Ciclo 2015–2017	1º de janeiro de 2019
Emendas à IAS 19	Alteração do plano, Restrição ou Liquidação	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021

A Companhia não espera impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, exceto pelo IFRS 16, descrito abaixo.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2)

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) prospectivamente. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1). A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1). A Companhia identificou contratos de arrendamentos operacional (locação de imóveis, equipamentos de informática, e,

também, de utilização de espaço da nuvem). Com o efeito da aplicação da norma (reconhecimento do direito de uso do bem e passivos de arrendamento) refletirá em um impacto no balanço de abertura para o exercício de 2019 de R\$ 91.290 no Ativo e Passivo de arrendamento. A taxa incremental média ponderada usada para a mensuração dos passivos de arrendamentos foi de 9,15% ao ano.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção da IFRS 16/CPC 06(R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
Ativo			
Circulante	708.827	-	708.827
Não circulante	938.849	91.290	1.030.139
Intangível (Direito de uso)	849.634	91.290	940.924
Outros ativos não circulantes	89.215	-	89.215
Total do ativo	1.647.676	91.290	1.738.966
Passivo			
Circulante	220.537	6.156	226.693
Arrendamento a pagar	-	6.156	6.156
Outros passivos circulantes	220.537	-	220.537
Não circulante	369.767	85.134	454.901
Arrendamento a pagar	-	85.134	85.134
Outros passivos não circulantes	369.767	-	369.767
Patrimônio líquido	1.057.372	-	1.057.372
Total do Passivo	1.647.676	91.290	1.738.966

4. Restruturação societária

4.1. Incorporação Percycle

Em 30 de junho de 2018, foi efetivada a incorporação da Percycle Serviços Ltda., onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistema e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 31 de maio de 2018 do acervo líquido incorporado da Percycle Serviços Ltda.:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	568	Fornecedores	1.319
Contas a receber de clientes	1.812	Obrigações trabalhistas	206
		Impostos e contribuições a recolher	50
Impostos a recuperar	739	Imposto de renda e contribuição social	122
	<u>3.119</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.500
			<u>3.197</u>
Não circulante		Não circulante	
Outros créditos	101	Outras contas a pagar - LP	562
	<u>101</u>		<u>562</u>
Imobilizado	45	Patrimônio líquido	
	<u>146</u>	Capital social	1
		Reservas de lucros	(495)
			<u>(494)</u>
	<u>3.265</u>		<u>3.265</u>

O acervo líquido da Percycle Serviços Ltda. foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade na data-base de 15 de junho de 2018. A incorporação da Percycle Serviços Ltda. não acarretou em aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

4.2. Incorporação Único

Em 31 de agosto de 2018, foi efetivada a incorporação da Único Sistemas e Consultoria S.A., onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistema e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 31 de julho de 2018 do acervo líquido incorporado da Único Sistemas e Consultoria S.A.:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	105	Fornecedores	1
Contas a receber de clientes	491	Empréstimos e Financiamentos	113
Outros créditos	81	Obrigações trabalhistas	234
	<u>677</u>	Impostos e contribuições a recolher	153
		Outras contas a pagar	28
			<u>529</u>
Não circulante		Não circulante	
Imobilizado	217	Patrimônio líquido	
	<u>217</u>	Capital social	5.460
		Reserva de Capital	(2.900)
		Reservas de lucros	<u>(2.195)</u>

	365
894	894

O acervo líquido da Único Sistemas e Consultoria S.A. foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade na data-base de 10 de agosto de 2018. A incorporação da Único Sistemas e Consultoria S.A. não acarretou em aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

4.3. Incorporação Itec

Em 31 de outubro de 2018, foi efetivada a incorporação da Itecgyn Informática Ltda., onde o acervo líquido foi consolidado pela contralada Linx Sistema e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 30 de setembro de 2018 do acervo líquido incorporado da Itecgyn Informática Ltda.:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Fornecedores	107
Contas a receber de clientes	1.210	Obrigações sociais e trabalhistas	355
Outros créditos	726	Obrigações trabalhistas	67
	<u>1.937</u>	Impostos e contribuições a recolher	81
		Outras contas a pagar	18
			<u>628</u>
Não circulante		Não circulante	
Imobilizado	133	Patrimônio líquido	
Intangível	1.768	Capital social	2.950
	<u>1.901</u>	Reservas de lucros	260
			<u>3.210</u>
	<u>3.838</u>		<u>3.838</u>

O acervo líquido da Itecgyn Informática Ltda. foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade na data-base de 09 de outubro de 2018. A incorporação da Itecgyn Informática Ltda. não acarretou em aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

5. Combinação de negócios

5.1. Aquisição da Itec

Em 21 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria Ltda., subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os sócios

da Itecgyn Informática Ltda. ("Itec" ou adquirida) que atua no desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão e automação de farmácias.

Em 21 de março de 2018, a transação foi concluída, sendo transferido o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas, onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de R\$ 25.500, a serem pagos da seguinte forma:

O valor de R\$ 14.400 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), pagos à vista em 22 de março de 2018 aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles;

O valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), pagos em 18 de maio de 2018 aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles;

O total do preço adicional ("Parcela Contingente") de até R\$ 9.100 (Valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.312), se divide em:

O valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), aos acionistas originais, caso a não ocorrência de contingências, atualizado pelo IPC-A (IBGE) até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 5.100 (cinco milhões e cem mil reais), aos acionistas originais, caso a Itec atinja metas de faturamento bruto conforme contrato de compra e venda;

O valor residual de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), aos acionistas originais, caso a Itec atinja metas operacionais conforme contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 21 de março de 2018, a Companhia passou a ser a controladora indireta da Itec, obtendo 100% do capital votante. O quadro abaixo demonstra o valor da contraprestação de compra na data da aquisição.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista	14.400
Valor pago a prazo	2.000
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	8.312
Total da contraprestação	24.712

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	14.400
Caixa líquido adquirido da controlada	(208)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	14.192

5.2. Aquisição da Único

Em 03 de abril de 2018, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria Ltda., subsidiária integral da Companhia (adquirente), e os representantes da Único Sistemas e Consultoria S.A. ("Único" ou adquirida), que atua no desenvolvimento de ferramentas multicanais de gestão de promoções e fidelidade baseada em nuvem.

Em 03 de abril de 2018, a transação foi concluída, sendo transferido o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas, onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de R\$ 25.000, a serem pagos da seguinte forma:

O valor de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), pagos à vista em 04 de abril de 2018 aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles.;

O valor de R\$ 1.000 (um milhão de reais), pagos em 14 de maio de 2018 aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles.;

O total do preço adicional ("Parcela Contingente") de até R\$ 9.000 (Valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.101), se divide em:

O valor de R\$ 1.000 (um milhão de reais), aos acionistas originais, caso a não ocorrência de contingências, atualizado pelo IPC-A (IBGE) até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 8.000 (oito milhões de reais), aos acionistas originais, caso a Único atinja metas financeiras conforme o contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 03 de abril de 2018, a Companhia passou a ser a controladora indireta da Único, obtendo 100% do capital votante.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista	15.000
Valor pago a prazo	1.000
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	8.101
Total da contraprestação	24.101

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	15.000
Caixa líquido adquirido da controlada	(37)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	14.963

5.3. Aquisição da DCG

Em 22 de junho de 2018, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria Ltda., subsidiária integral da Companhia (adquirente), e os representantes da DCG Soluções para Venda Digital S.A. ("DCG" ou adquirida), que atua no desenvolvimento de plataformas de e-commerce e soluções tecnológicas no modelo Software as a Service (SaaS) que permitem a venda digital e a conexão com marketplaces.

Em 22 de junho de 2018, a transação foi concluída, sendo transferido o controle para a adquirente com pagamento e transferência de 100% das quotas adquiridas, onde o preço estabelecido para a compra da totalidade das ações foi de R\$ 67.000, a serem pagos da seguinte forma:

O valor de R\$ 46.000 (quarenta e seis milhões de reais), pagos à vista em 25 de junho de 2018 aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles.;

O total do preço adicional ("Parcela Contingente") de até R\$ 21.000 (Valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 19.468), se divide em:

O valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais), aos acionistas originais, distribuídos conforme o montante de ações detidas por eles, conforme o contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais), aos acionistas originais, caso a não ocorrência de contingências, atualizado pelo CDI até o seu efetivo pagamento conforme contrato de compra e venda;

O valor de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais), aos acionistas originais, caso a DCG atinja metas operacionais e financeiras conforme o contrato de compra e venda.

Com a conclusão da aquisição em 22 de junho de 2018, a Companhia passou a ser a controladora indireta da DCG, obtendo 100% do capital votante. O quadro abaixo demonstra a contraprestação de compra na data da aquisição.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista	46.000
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	19.468
Total da contraprestação	65.468

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	46.000
Caixa líquido adquirido da controlada	(23)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	45.977

5.4. Ativos identificáveis adquiridos e Goodwill

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos nas combinações de negócios foram mensurados e reconhecidos na data da conclusão da transação:

Valor justo reconhecido na aquisição:	Itec	Único	DCG
Ativo circulante	632	358	2.942

Caixa e equivalentes de caixa	208	37	23
Aplicação Financeira	-	-	1.654
Contas a receber	423	281	986
Outros ativos circulantes	1	40	279
Ativo não circulante	6.755	2.085	14.486
Software (*)	5.494	1.530	10.842
Carteira de clientes (*)	1.160	300	1.378
Outros ativos não circulantes	-	-	66
Imobilizado	101	255	527
Intangível	-	-	1.673
Passivo circulante	382	598	2.527
Fornecedores	44	17	682
Empréstimos e financiamentos	-	226	289
Obrigações sociais	157	121	1.082
Obrigações tributárias	61	234	465
Outras obrigações a pagar	120	-	9
Passivo não circulante	-	200	620
Empréstimos e financiamentos	-	-	582
Outras Obrigações a pagar	-	200	38
Valor justo dos ativos adquiridos	7.387	2.443	17.428
Valor justo dos passivos assumidos	382	798	3.147
Total dos ativos identificáveis líquidos	7.005	1.645	14.281
Valor justo da contraprestação transferida	(24.712)	(24.101)	(65.468)
Ágio na operação	17.707	22.456	51.187

5.5. Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo do contas a receber de clientes das empresas adquiridas é de R\$ 1.690. O valor bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 3.152. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio apurado de R\$ 91.349 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes das aquisições. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros. Na data da aquisição foi feita análise de recuperabilidade do ágio, na qual a Companhia concluiu que não há expectativa de perda

Desde a data da aquisição, as empresas adquiridas contribuíram para a Companhia com receita líquida de R\$ 16.042 e lucro antes dos impostos de R\$ 96.

Na data da conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos das empresas adquiridas. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

5.6 Aquisições ocorridas em 2017

5.6.1 Aquisição do Grupo Synthesis

Em 11 de julho de 2017, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistemas e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Synthesis Holding LLC e Synthesis Information Technology S.R.L. (“Grupo Synthesis” ou adquiridas).

Contraprestação de compra

Valor pago à vista (*)	41.324
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	<u>40.343</u>
Total da contraprestação	81.667

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	41.324
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>(3.827)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	37.497

5.6.2 Aquisição da Sback

Em 18 de outubro de 2017 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Sback Tecnologia da Informação Ltda. (“Sback” ou adquirida) que atua utilizando a plataforma cloud líder em tecnologias de retenção, reengajamento e recaptura através de Big Data e Inteligência para engajamento.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista	36.500
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	<u>20.058</u>
Total da contraprestação	56.558

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	36.500
Caixa líquido adquirido da controlada	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	36.500

5.6.3 Aquisição da Percycle

Em 20 de dezembro de 2017 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda entre a Linx Sistema e Consultoria LTDA, subsidiária integral da Companhia (adquirente) e os representantes da Percycle Serviços Ltda. ("Percycle" ou adquirida) que atua na plataforma líder em mídia online nativa, unindo lojistas, marcas e consumidores.

Contraprestação de compra

Valor pago à vista	10.750
Valor justo da parcela contingente (<i>Earn-out</i>)	11.980
Total da contraprestação	22.730

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista	10.750
Caixa líquido adquirido da controlada	(20)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	10.730

Ativos identificáveis adquiridos e Goodwill

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos nas combinações de negócios foram mensurados e reconhecidos na data da conclusão da transação:

<u>Valor justo reconhecido na aquisição:</u>	<u>Synthesis</u>	<u>Shopback</u>	<u>Percycle</u>
Ativo circulante	10.742	1.162	3.361
Caixa e equivalentes de caixa	3.827	-	20
Contas a receber	5.104	1.128	3.339
Outros ativos circulantes	1.811	34	2
Ativo não circulante	36.592	17.693	6.949
Software	8.230	11.357	4.546
Carteira de clientes	16.335	6.331	2.273
Ativo de indenização	10.751	-	-
Outros ativos não circulantes	1.276	5	130
Passivo circulante	29.020	1.239	2.875
Fornecedores	1.574	72	2.390
Obrigações fiscais	1.446	1.102	222
Provisões para Contingências	12.937	-	-
Tributos diferidos passivo	8.352	-	-
Outras Obrigações a pagar	4.711	65	263
Passivo não circulante	-	-	616
Outras Obrigações a pagar	-	-	616

Valor justo dos ativos adquiridos	47.334	18.855	10.310
Valor justo dos passivos assumidos	29.020	1.239	3.491
Total dos ativos identificáveis líquidos	18.314	17.616	6.819
Valor justo da contraprestação transferida	81.667	55.307	22.730
Ágio na operação	(63.353)	(37.691)	(15.911)

Ativos adquiridos e passivos assumidos em 2017

O valor justo das contas a receber de clientes das empresas adquiridas é de R\$ 9.571. O valor bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 9.649. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 116.955 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros (com exceção da Synthesis).

Desde a data da aquisição, as empresas adquiridas contribuíram para a Companhia com receitas líquidas de R\$ 22.601 e lucro antes dos impostos de R\$ 9.857.

Na data da conclusão da elaboração destas informações anuais consolidadas, a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos das empresas adquiridas. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	34	17	45.422	37.854
Aplicações financeiras de curto prazo	16	16	4.428	5.064
	50	33	49.850	42.918

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pela taxa de 101,41% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.8.

7. Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação	Vencimento	Taxa rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora		Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado	15/02/2013	Indeterminado	104,08%	60.108	6.891	413.374	487.816
LF	Letra Financeira Escritural	13/10/2016	15/10/2018	103,00%	-	-	-	20.990
					60.108	6.891	413.374	508.806
				Circulante	60.108	6.891	413.374	487.816
				Não circulante	-	-	-	20.990
					60.108	6.891	413.374	508.806

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2017 Valor líquido
Renda Fixa	DEBLA	25/02/2016	25/02/2016	22/02/2018	22.188	CDI D 102%	7.588	9.367
Renda Fixa	LF	21/10/2016 a 12/12/2017	21/10/2016 a 12/12/2017	22/10/2018 a 09/06/2020	236	CDI D 104,25%	70.800	79.531
Renda Fixa	LFS	15/02/2013	16/01/2013	15/01/2019	28	CDI D 111%	8.453	15.177
Renda Fixa	LFT	27/03/2015 a 18/09/2017	01/07/2000 a 11/01/2013	01/09/2018 a 01/09/2021	10.005	LFT	80.631	92.872
Renda Fixa	PRE	29/12/2017	29/12/2017	15/05/2035	47.295	PRE 6,90 A.A	149.555	149.555
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	660.673	-	141.358	141.358
Renda Fixa	LF	-	13/10/2016	15/10/2018	1	CDI 103%	20.990	20.990
								508.850
						Despesas do fundo		(44)
								508.806
Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2018 Valor líquido
Renda Fixa	LF	21/10/2016 a 19/03/2018	21/10/2016 a 19/03/2018	22/04/2019 a 09/06/2020	81	CDI D 101,75 a 104,5%	21.700	25.033
Renda Fixa	LFS	15/02/2013	16/01/2013	15/01/2019	28	CDI D 111%	8.453	16.166
Renda Fixa	LFS Elegível	01/08/2018	01/08/2018	01/08/2025	17	CDI D 108,75	5.100	5.273
Renda Fixa	LFT	03/10/2016 a 21/12/2018	01/07/2000 a 05/01/2018	01/09/2021 a 01/03/2024	7.066	LFT / SELIC	65.133	69.779
Renda Fixa	LTN	31/12/2018	31/12/2018	01/07/2020	50.503	PRE 6,40% A.A	45.303	45.303
Fundo de Investimento	Outros Fundos	-	-	-	5.940.011	-	235.767	235.767
Renda Fixa	LAMDI	27/11/2018 a 03/12/2018	27/11/2018 a 03/12/2018	29/11/2019 a 03/12/2019	16.000	CDI 103% a 103,75%	16.000	16.088
								413.409
						Despesas do fundo		(36)
						Saldo em tesouraria		1
								413.374

A Administração tem por política a utilização destes recursos, única e exclusivamente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.8.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas a receber:		
A Vencer	149.964	102.746
Vencidos (a)	26.557	30.147
	176.521	132.893
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.677)	(1.183)
(-) Ajustes a valor presente	(462)	(581)
	170.382	131.129
Circulante	167.102	128.177
Não circulante	3.280	2.952

(a) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	9.591	14.181
De 31 a 60 dias	3.468	4.684
De 61 a 90 dias	3.063	3.145
De 91 a 180 dias	4.483	4.481
Acima de 181 dias	5.952	3.656
	26.557	30.147

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa, basicamente, a perda histórica e duplicatas a receber com discussão em juízo. A Companhia também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. Abaixo demonstramos o percentual de perda para cada faixa do aging.

Vencimento	% de Perda
a vencer acima 1 ano	0,4%
a vencer até 1 ano	0,4%
de 1 a 30 dias	2,8%
de 31 a 60 dias	8,0%
de 61 a 90 dias	16,3%
de 91 a 120 dias	22,3%
de 121 a 150 dias	27,8%
de 151 a 180 dias	35,5%

A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

Mapa de movimentação da PECLD	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(1.183)	(2.615)
Adoção inicial do IFRS 9 em 01.01.18	(1.539)	-
Adição por aquisição	(1.462)	-
Adição de provisão	(5.734)	(3.759)
Utilização/reversão	4.241	5.191
Saldo final	(5.677)	(1.183)

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	4.286	3.231
Impostos e contribuições retidos na fonte	8.848	7.330	29.272	28.412
PIS e COFINS	-	-	456	566
Outros	-	-	1.080	845
	8.848	7.330	35.094	33.054

10. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais

Ativo - Contas a receber

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	-	-	2.877	-
	-	-	2.877	-

Os saldos com partes relacionadas referem-se aos repasses de despesas. Os saldos dos empréstimos entre as empresas da Companhia foram recebidos até março de 2018.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (08 e 06 administradores em 2018 e 2017, respectivamente), relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são resumidas como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Benefício de curto prazo a empregados	11.571	9.611
Pagamento de Pró-Labore	3.148	1.428
Pagamentos com base em ações	14.719	11.039

10.2. Resultado

No período findo em 31 de dezembro de 2018, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 11.231 (R\$ 11.935 em 31 de dezembro de 2017), e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos, no montante de R\$ 36 (R\$ 682 em 31 de dezembro de 2017).

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas antecipadas - Serviços	-	-	21.696	9.315
Retenções para contingências - Adquiridas (*)	-	-	13.560	10.042
Adiantamento para fornecedores	-	-	7.102	3.718
Adiantamento de férias (**)	-	-	1.842	872
Outros	49	28	6.420	5.657
	49	28	50.620	29.604
Ativo circulante	49	28	43.407	28.119
Ativo não circulante	-	-	7.213	1.485

(*) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Direção, Spress, Rezende, Liderança, Quadrant, CSI, LZT, BR Coelho, Big Automação, Percycle, Único, Itec Informática e Napse, conforme contratos de aquisições.

(**) Refere-se a adiantamento a fornecedores, funcionários, despesas, empréstimos a funcionários e depósitos judiciais.

12. Investimentos

12.1. Investimentos em controladas diretas

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	979.389	1.175.322
Linx Telecomunicações Ltda.	7.911	6.999
	987.300	1.182.321

12.2. Informações de controladas diretas

	Linx Sistemas	Linx Redes	Linx Telecomunicações	Total
31 de dezembro de 2017				
Participação	99,99%	-	99,99%	
Ativos circulantes	724.574	-	7.709	732.283
Ativos não circulantes	839.590	-	193	839.783
Total de ativos	1.564.164	-	7.902	1.572.066
Passivos circulantes	164.576	-	903	165.479
Passivos não circulantes	224.266	-	-	224.266
Total de passivos	388.842	-	903	389.745
Patrimônio Líquido	1.175.322	-	6.999	1.182.321
Receitas	678.453	26.198	14.685	719.336
Despesas	(623.776)	(14.271)	(13.748)	(651.795)
Lucro líquido	54.677	11.927	937	67.541
31 de dezembro de 2018				
Participação	99,99%	-	99,99%	
Ativos circulantes	635.731	-	9.289	645.020

Ativos não circulantes	934.638	-	337	934.975
Total de ativos	1.570.369	-	9.626	1.579.995
Passivos circulantes	221.210	-	1.715	222.925
Passivos não circulantes	369.770	-	-	369.770
Total de passivos	590.980	-	1.715	592.695
Patrimônio Líquido	979.389	-	7.911	987.300
Receitas	823.205	-	16.157	839.362
Despesas	(768.861)	-	(15.245)	(784.106)
Lucro líquido	54.344	-	912	55.256

12.3. Movimentação dos investimentos

	Linx Sistemas	Linx Redes	Linx Telecomunicações	Total
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2016	1.070.023	49.135	4.562	1.123.720
Equivalência patrimonial	54.677	11.927	937	67.541
Ajuste de conversão acumulado	(247)	-	-	(247)
Aumento de capital	-	-	1.500	1.500
Plano de outorga de ações	1.807	-	-	1.807
Saldo de incorporação	61.062	(61.062)	-	-
Pagamento de dividendos	(12.000)	-	-	(12.000)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2017	1.175.322	-	6.999	1.182.321
Equivalência patrimonial	54.344	-	912	55.256
Ajuste de conversão acumulado	(2.437)	-	-	(2.437)
Benefício pós-emprego	(146)	-	-	(146)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	1.822	-	-	1.822
Plano de outorga de ações	5.043	-	-	5.043
Pagamento de dividendos (*)	(215.002)	-	-	(215.002)
Adoção inicial IFRS 9 e 15	(39.557)	-	-	(39.557)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2018	979.389	-	7.911	987.300

(*) R\$ (25.002) referente aos dividendos pagos em anos anteriores, mais R\$ (190.000) referente aos dividendos recebidos em 2018 com a finalidade de recompra de ações.

13. Imobilizado

Consolidado					
Saldo em 31/12/2016	Adição	Adição aquisição	Depreciação	Baixas	Transferências
					Saldo em 31/12/2017

Computadores e eletrônicos	8.251	2.298	121	(3.106)	(30)	1.819	9.353
Veículos	4.178	984	78	(1.552)	(395)	-	3.293
Móveis e utensílios	4.457	980	89	(789)	(16)	3.518	8.239
Instalações, máquinas e equipamentos	17.297	1.809	362	(2.652)	2	3.205	20.023
Imobilizado em andamento	-	18.120	-	-	(300)	(17.820)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13.128	1.429	-	(6.095)	(135)	9.278	17.605
Imóveis	2.941	-	-	(128)	-	-	2.813
Outros componentes	1.006	-	-	-	-	-	1.006
Total	51.258	25.620	650	(14.322)	(874)	-	62.332

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2017	Adição (*)	Adição aquisição (**)	IAS 29 (***)	Depreciação (****)	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2018
Computadores e eletrônicos	9.353	6.916	321	-	(3.795)	(490)	640	12.945
Veículos	3.293	4.251	192	16	(1.720)	(938)	-	5.094
Móveis e utensílios	8.239	873	203	21	(1.330)	(392)	1.419	9.033
Instalações, máquinas e equipamentos	20.023	3.703	111	271	(3.206)	(268)	1.400	22.034
Imobilizado em andamento	-	6.135	-	-	-	-	(6.135)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17.605	3.195	56	283	(2.732)	(1)	3.077	21.483
Imóveis	2.813	-	-	-	(134)	-	-	2.679
Outros componentes	1.006	400	-	-	-	-	(401)	1.005
Total	62.332	25.473	883	591	(12.917)	(2.089)	-	74.273

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa.

(**) Valores referentes as aquisições da Itec em 21 de março de 2018, Único em 03 de abril de 2018 e DCG em 22 de junho de 2018.

(***) Valores referentes a aplicação da IAS 29 (hiperinflação) na Napse Argentina.

(****) Diferença de R\$ 23 entre as notas 14 e 23 refere-se ao impacto da aplicação da IAS 29 no resultado da NAPSE.

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Computadores e eletrônicos	20%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações, máquinas e equipamentos	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%
Imóveis	4%

As adições na rubrica de depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

14. Intangível

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2016	Adição (*)	Adição aquisição	Combinação de Negócio	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Software	17.078	7.244	-	-	(5.860)	(93)	-	18.369
Desenvolvimento de Software	1.848	3.208	-	-	-	-	(2.300)	2.756

Softwares desenvolvidos	34.812	27.607	-	-	(24.511)	-	2.300	40.208
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	1.980	2.934	-	-	(1.531)	-	-	3.383
Marcas adquiridas	44.033	-	-	-	(961)	-	-	43.072
Tecnologia aquisições	25.754	-	-	24.133	(10.744)	-	-	39.143
Carteira de clientes aquisições	69.845	-	-	24.939	(12.053)	-	-	82.731
Ágio	405.289	-	-	116.955	-	-	-	522.244
Outros	3	-	-	-	-	-	-	3
Total	600.642	40.993	-	166.027	(55.660)	(93)	-	751.909

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2017	Adição (*)	Adição aquisição (**)	IAS 29 (***)	Combinação de Negócio (Nota 3)	Amortização	Baixas	Transferências (****)
Software	18.369	18.235	1.673	351	-	(7.915)	(190)	500
Desenvolvimento de Software	2.756	12.878	-	-	-	-	-	-
Softwares desenvolvidos	40.208	23.039	-	-	-	(27.071)	-	(500)
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	3.383	2.660	-	-	-	(1.985)	-	-
Marcas adquiridas	43.072	-	-	-	-	(961)	-	-
Tecnologia aquisições	39.143	-	-	-	17.866	(12.802)	5	(3.806)
Carteira de clientes aquisições	82.731	-	-	-	2.838	(15.078)	20	2.579
Ágio	522.244	218	-	-	91.349	-	(7.405)	1.227
Outros	3	-	-	-	-	-	-	-
Total	751.909	57.030	1.673	351	112.053	(65.812)	(7.570)	-

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa.

(**) Valor referente a aquisição da DCG em 22 de junho de 2018.

(***) Valores referentes a aplicação da IAS 29 (hiperinflação) na Napse Argentina.

(****) Transferências resultantes das atualizações dos laudos de aquisições.

(*****) Diferença de R\$ 14 entre as notas 14 e 23 refere-se ao impacto da aplicação da IAS 29 no resultado da NAPSE.

Taxas médias de amortização anual:

Desenvolvimento de software	33%
Softwares desenvolvidos	33%
Desenvolvimento de software - juros capitalizados	33%
Tecnologia aquisições	10 a 20%
Carteira de clientes aquisições	10 a 20%
Software	10 a 20%
Outros	10 a 20%

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

14.1. Teste de recuperabilidade dos Ágios

A Companhia e suas investidas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos de capital médio ponderado - CCMP).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,5% em 2018 e 2017, que refere-se ao crescimento de perpetuidade correspondente à expectativa de inflação de longo prazo do BCB (Banco Central do Brasil) acrescido de 1% de crescimento real. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 13,85% em 2018 (12,89% em 2017), também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,43% em 2018 (4,50% em 2017).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e controladas e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia e controladas, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

Crescimento da receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas se referem entre as linhas de não recorrentes (consultoria em implantação e royalties pelo uso de suas licenças), e recorrentes (contratuais - referentes à cobrança de taxa de manutenção dos sistemas, com previsão de reajuste anual), onde a Companhia considerou um crescimento anual aproximado de 10% para os próximos 5 anos.

Os custos da Companhia foram projetados, considerando a manutenção da margem bruta, que varia entre 71% e 72%.

Volume de Capex: As necessidades de investimento em CAPEX foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações.

Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de:

Custos de capital médio ponderado (CCMP): o qual leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o

investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar.

Modelo de precificação de ativos financeiros (CAPM): o qual leva em consideração a sensibilidade do ativo ao risco não-diversificável (também conhecido como risco sistêmico ou risco de mercado), representado pela variável conhecida como índice beta ou coeficiente beta (β), assim como o retorno esperado do mercado e o retorno esperado de um ativo teoricamente livre de riscos.

14.2. Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 73.527 (R\$ 64.280 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

15. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa efetiva	Vencimento	Covenants	Controladora		Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimo – BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	9,274% a.a.	15/03/2018		-	2.852	-	2.852
Empréstimo – BNDES	TLP + IPCA + 3,10% a.a. + Spread 1,37% a.a.	7,89% a.a.	31/12/2027	15.1 (a)	-	-	146.602	-
Empréstimo – BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	9,446% a.a.	15/02/2021	15.1 (b)	-	-	57.526	83.330
Empréstimo – BNDES	TJLP + 1,96% a.a.	9,751% a.a.	15/03/2022	15.1 (c)	-	-	44.560	9.882
Empréstimo – BNDES	TJLP + 1,00% a.a.	8,768% a.a.	16/09/2019		-	-	528	1.224
Empréstimo – Itaú	TJLP + 7,20% a.a.	8,447% a.a.	16/04/2021		-	-	761	-
Outros					-	-	4	-
					-	2.852	249.981	97.288
Passivo circulante					-	2.852	40.720	31.783
Passivo não circulante					-	-	209.261	65.505

(*) Os contratos de empréstimos vigentes não possuem bens em garantia.

O montante classificado no passivo não circulante na controladora e consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Período	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	29.282
2020	40.012	28.760

2021	39.387	6.846
2022	24.615	617
2023	21.043	-
2024	21.043	-
2025	21.043	-
2026	21.043	-
2027	21.075	-
	209.261	65.505

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	2.852	14.106
Encargos financeiros	36	719
Encargos financeiros pagos	(89)	(659)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.799)	(11.314)
	-	2.852

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	97.288	130.767
Ingressos por aquisição de controladas (Nota 3)	1.097	-
Ingressos de empréstimos e financiamentos	191.837	-
Encargos financeiros	9.658	9.960
Encargos financeiros pagos	(9.048)	(9.480)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(40.851)	(33.959)
	249.981	97.288

15.1. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Em 2017, a Companhia adotou as alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) que foram emitidas como parte da Iniciativa de Divulgação do IASB. Estas alterações requerem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças em passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo as mudanças decorrentes de fluxos de caixa e variações não monetárias. Na medida necessária para satisfazer este requerimento, a Companhia divulga as seguintes mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento:

	31/12/2016	Pagamentos	Recebimentos	Variação cambial	Novas aquisições	Outros (***)	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	130.767	(43.439)	-	-	-	9.960	97.288
Contas a pagar por aquisição de controladas	80.594	(19.324)	-	1.725	71.092	(3.320)	130.767
Capital Social	480.808	-	5.224	-	-	-	486.032
Dividendos pagos	20.000	(20.000)	-	-	-	23.000	23.000
Reserva de Lucros (*)	141.292	(17.000)	-	-	-	61.845	186.137
Reserva de Capital (**)	512.303	(34.301)	-	-	-	1.807	479.809
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.365.764	(134.064)	5.224	1.725	71.092	93.292	1.403.033

	31/12/2017	Pagamentos	Recebimentos	Variação cambial	Novas aquisições	Outros (***)	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	97.288	(49.879)	191.837	-	1.097	9.638	249.981
Contas a pagar por aquisição de controladas	130.767	(45.878)	-	6.033	38.881	(17.316)	112.487
Capital Social	486.032	-	2.435	-	-	-	488.467
Dividendos pagos	23.000	(23.000)	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros (*)	186.137	(15.000)	-	-	-	6.840	177.977
Reserva de Capital (**)	479.809	(114.486)	-	-	-	1.435	366.758
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.403.033	(248.243)	194.272	6.033	39.978	597	1.395.670

(*) Pagamentos de JCP.

(**) Recompra de ações e gastos com emissão de ações.

(***) As movimentações incluídas na coluna de "outros" incluem os efeitos da reclassificação da parcela não circulante dos empréstimos e contas a pagar por aquisição, o efeito do reconhecimento dos juros ainda não pagos sobre os empréstimos e contas a pagar por aquisição e ajuste a valor presente das aquisições.

15.2. Covenants

- (a) O empréstimo do BNDES firmado em 13 de dezembro de 2018, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:

- (i) Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
- (ii) Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- Endividamento Geral: Somatório do Passivo Circulante e Passivo Não-Circulação;
- Dívida Líquida: Somatório do saldo das dívidas onerosas consolidadas da Interviente, incluindo: empréstimos e financiamentos; mútuos; emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional; bom como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulante e não circulante, menos Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras).
- EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, impostos de renda, depreciação e amortização;

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no inciso VII da Cláusula Nona (Obrigações da Interviente Controladora), a Companhia deve constituir, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do valor do financiamento ou da dívida decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2018.

- (b) O empréstimo do BNDES firmado em 28 de outubro de 2014, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos

seguintes índices apurados semestralmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos:

- (i) Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
- (ii) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
- (iii) EBITDA / Receita operacional Líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2018.

- (c) O empréstimo do BNDES firmado em 11 de dezembro de 2015, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos seguintes índices apurados semestralmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos:

- (i) Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
- (ii) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
- (iii) EBITDA / Receita operacional Líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;

- Dívida líquida: Saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2018.

16. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão férias, 13º salário e encargos	-	-	26.542	22.466
INSS a recolher	16	11	6.673	5.234
Provisão participação lucros e resultados	-	-	3.876	4.191
FGTS a pagar	-	-	2.137	1.907
Salários a pagar	-	-	1.344	1.836
Outros	164	281	3.229	1.849
	180	292	43.801	37.483

17. Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Parcelas não sujeitas à atualização	46.542	30.067
Parcelas Napse sujeitas à atualização com base na variação cambial e LIBOR	41.951	42.160
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI – 6,40%	3.608	492
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA – 3,75%	22.774	49.912
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM – 7,56%	7.690	9.848
Ajuste a valor presente	(10.078)	(1.712)
	112.487	130.767
Passivo circulante	57.099	56.087

Passivo não circulante

55.388

74.680

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	32.276
2020	35.373	26.530
2021	14.225	4.754
2022	5.065	11.120
2023	725	-
	55.388	74.680

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2018, R\$ 111.545 é relacionado a consideração contingente (R\$ 87.093 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia espera liquidar integralmente os valores relativos a contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3 (Nota 25).

A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	130.767	80.594
Adição por aquisição	114.281	159.796
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(121.278)	(108.028)
Atualização encargos financeiros	3.057	5.685
Contingências (*)	(5.343)	(2.427)
Earn-Out (**)	(8.997)	(4.853)
	112.487	130.767

(*) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Companhia tem a pagar com os antigos administradores.

(**) Os valores referem-se a reversão de *earn-out* não atingido das empresas adquiridas Intercamp, Neemu e Napse.

18. Receita diferida

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita serviços (*)	8.902	8.478
Receita de <i>royalties</i> (**)	50.346	-
	59.248	8.478
Circulante	41.560	8.478
Não circulante	17.688	-

(*) Refere-se aos saldos de banco de horas contratado pelos clientes, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento.

(**) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (*Royalties*) decorrentes da adoção inicial do IFRS 15/CPC 47 e movimentações subsequentes.

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(38)	84	(9.959)	(9.217)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	(58)	50	(11.130)	(14.699)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(96)	134	(21.089)	(23.916)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	71.151	84.711	92.144	108.761
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(24.191)	(28.802)	(31.329)	(36.979)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	18.787	22.964	-	-
Lei nº 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e desenvolvimento)	-	-	1.574	8.382
Pagamento de juros sobre capital próprio	5.100	5.780	5.100	5.780
Crédito fiscal não reconhecido	203	-	329	-
Imposto de renda e contribuição social apurado pelo lucro presumido	-	-	3.139	3.498
Efeitos de alíquotas fiscais de controladas no exterior	-	-	1.542	-
Outras diferenças líquidas	5	192	(1.444)	(4.597)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(96)	134	(21.089)	(23.916)
Alíquota efetiva	0,13%	-0,16%	23%	22%

19.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

Consolidado				
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	31/12/2018
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(58.885)	(21.143)	-	(80.028)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados (Synthesis) (*)	(8.352)	1.675	79	(6.598)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(21.967)	3.383	-	(18.584)
IR/CS diferido sobre adoção inicial IFRS 9	-	(1.516)	-	(1.516)
IR/CS diferido sobre adoção inicial IFRS 15	-	(377)	18.897	18.520
IR/CS s/ Empresas no Exterior	-	(271)	-	(271)
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	4.078	116	-	4.194
IR/CS diferidos sobre gasto com emissão de ações	4.108	-	-	4.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	160	460	-	620
Provisão benefícios para empregados	2.192	212	-	2.404
Provisão para contingências	200	609	-	809
Provisão para ajuste a valor presente	922	1.100	-	2.022
Provisão para pagamento de comissões	161	(161)	-	-
Plano de opção de compra de ações	806	202	-	1.008
Provisão Amortização	-	272	-	272
Ações Diferidas	567	715	-	1.282
Amortização Tecnologia Empresas Não Incorporadas	-	948	-	948
Amortização Carteira de Cliente Empresas Não Incorporadas	-	651	-	651
Outras provisões	(42)	1.995	-	1.953
Diferido líquido	(76.052)	(11.130)	-	(68.206)
Ativo fiscal diferido	4.272			4.210
Passivo fiscal diferido	(80.324)			(72.416)

(*) Constituição de IR/CS decorrente da não intenção de incorporação da Napse

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independentemente de reforma de seu Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O órgão competente para deliberar sobre as emissões é o Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Em 28 de fevereiro de 2018, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 1.442 o qual passará de R\$ 486.032 (total em 31/12/2017) para R\$ 487.474, mediante a emissão de 166.212 novas Ações Ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2018, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 993 o qual passará de R\$ 487.474 para R\$ 488.467, mediante a emissão de 71.172 novas Ações Ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma:

Acionista	Consolidado	
	Ações	Capital total (%)
Acionistas fundadores	28.037.764	16,86%
Ações em tesouraria	7.502.115	4,51%
Free Float (*)	130.743.503	78,63%
	166.283.382	100%

(*) O BNDES Participações S.A. e Genesis Asset Managers, possuem posição acionária acima de 5% cada um.

20.2. Reservas de capital

No âmbito da emissão de ações ocorrida em 26 de setembro de 2016, foi constituído ágio na subscrição de capital no montante de R\$ 325.440 e custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais no montante de R\$ 12.317 registrados em conta redutora, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Ágio na subscrição de capital (a)	539.571	539.571
Plano de opção de compra de ações (Nota 27)	16.104	12.934
Ações em tesouraria (b)	(148.373)	(33.887)
Gastos com emissão de ações (c)	(37.423)	(37.423)
	369.879	481.195

- (a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital.
- (b) Em 22 de junho de 2018, foi aprovada a abertura de um programa de Recompra de Ações da Companhia, sendo que o objetivo do Programa de Recompra é atender o exercício dos programas de ações diferidas e eventualmente programas de opções de compra de ações, podendo, ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas, bonificadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na ICVM 567/15.
- (c) Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

20.3. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social.

20.4. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	71.055	84.845
(-) Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	-	-
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	71.055	84.845
Dividendos mínimos obrigatórios	17.764	21.211
Dividendos adicionais propostos pela Administração	22.236	18.789
Dividendos propostos pela Administração	40.000	40.000
Dividendos e JSCP por ação	0,2519	0,2437
Forma de pagamento		
Juros sobre capital próprio	15.000	17.000
Dividendos	25.000	23.000
	40.000	40.000
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial - Dividendos a pagar referente ao exercício anterior	23.000	20.000
Dividendos pagos referente ao exercício anterior	(23.000)	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	17.764	21.211
Dividendos adicionais propostos pela Administração	22.236	18.789
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos referentes ao exercício	(15.000)	(17.000)
Saldo final - Dividendos a pagar referente ao exercício	25.000	23.000
Apresentação dos dividendos		
Passivo - Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	2.764	4.211
PL - Dividendos adicionais propostos pela Administração	22.236	18.789
	25.000	23.000

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de dividendos do exercício de 2017, no valor bruto de R\$ 23.000, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 30 de abril de 2018.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2018, foi aprovado, nos termos do artigo 1.072 da Lei 10.406, onde os sócios decidem aprovar a distribuição de lucros sob a modalidade de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), referente ao período compreendido 01/01/2018 a 31/07/2018, no valor bruto de R\$ 11.000.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de dezembro de 2018, foi aprovado, nos termos do artigo 1.072 da Lei 10.406, onde os sócios decidem aprovar a distribuição de lucros sob a modalidade de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 4.000.

O saldo de Juros sobre Capital Próprio pagos de R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2018, inclui a distribuição do exercício demonstrada acima.

20.5. Reserva para retenção de lucros

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2018 da Diretoria da Companhia, destina o saldo da conta de reserva para retenção de lucros de 2018, no montante de R\$ 31.055, para os investimentos demonstrados abaixo:

Investimentos:	31/12/2018	31/12/2017
Infraestrutura	4.303	6.346
Inovação de pesquisa e desenvolvimento	6.884	10.154
Aquisições	19.868	28.345
Total dos investimentos	31.055	44.845
Fonte dos recursos:		
Reserva de lucros	31.055	44.845
Total das fontes	31.055	44.845

21. Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 10.960 e em 31 de dezembro de 2017 a provisão era no valor de R\$ 2.776.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 10.986 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.773 em 31 de dezembro de 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia possui valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

Movimentação	Consolidado				Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	Adição aquisição (*)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.339	344	1.093	-	2.776

Adições	1.946	1.145	-	8.580	11.671
Baixas	(2.296)	(549)	(601)	-	(3.446)
Atualização	60	82	-	-	142
Variação cambial	309	-	(492)	-	(183)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.358	1.022	-	8.580	10.960

(*) Contingências trabalhistas e tributárias decorrentes das aquisições das empresas Itec, Único e DCG (valores anteriores a data de aquisição pela Linx Sistemas).

22. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta operacional		
Receita de manutenção	640.352	544.940
Receita de royalties	40.448	44.580
Receita de serviços	103.350	66.617
	784.150	656.137
Deduções sobre vendas		
PIS	(4.642)	(3.932)
COFINS	(21.425)	(18.148)
ISS	(17.619)	(15.981)
INSS	(29.393)	(25.009)
Outros	(4.563)	(3.751)
Cancelamentos e abatimentos	(20.949)	(17.726)
	(98.591)	(84.547)
	685.559	571.590

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Tabela abaixo apresenta as informações geográficas conforme requerido pelo IFRS 8 – informações por segmentos.

	Informações Geográficas	
	2018	2017
Receita Líquida		
No Brasil	646.837	553.550
No exterior	38.722	18.040
Ativos não correntes		
No Brasil	1.619.075	1.542.294
No exterior	28.601	21.730

23. Custos, despesas e outras despesa / receitas

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aluguéis	-	-	(16.090)	(12.242)
Comissões	-	-	(35.699)	(26.801)
Depreciação e amortização	-	-	(78.729)	(69.983)
Manutenção e conservação	-	-	(6.553)	(11.339)
Pessoal	(588)	(1.278)	(305.495)	(272.017)
Propaganda e publicidade	(2)	(5)	(12.623)	(6.350)
Serviços de terceiros	(102)	11	(62.479)	(33.609)
Viagens e estadias	-	-	(13.824)	(11.991)
Despesa com link	-	-	(37.291)	(29.934)
Despesas com Informática	-	-	(3.453)	(3.489)
Outras receitas	-	-	8.401	4.311
Outros	(279)	(202)	(31.661)	(23.778)
	(971)	(1.474)	(595.496)	(497.222)
Função				
Custo dos serviços prestados	-	-	(195.848)	(168.873)
Despesas administrativas e gerais	(969)	(1.467)	(218.369)	(190.870)
Despesas de vendas	(2)	(5)	(111.008)	(72.393)
Pesquisa e manutenção de software desenvolvido	-	(2)	(73.527)	(64.280)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	3.256	(806)
	(971)	(1.474)	(595.496)	(497.222)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros ativos	15.766	18.683	1.959	357
Juros s/aplicações financeiras	910	(227)	24.703	52.999
Descontos obtidos	8	-	902	39
Variação cambial ativa	-	-	20.047	2.981
Efeito da aplicação IAS 29	-	-	742	-
Outras receitas	509	1.071	(1.485)	2.045
	17.193	19.527	46.868	58.421
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros passivos	9	(9)	(593)	(470)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(36)	(682)	(7.830)	(7.611)
Desconto concedido	(8)	-	(10.743)	(9.141)
Variação cambial passiva	-	-	(17.388)	(3.607)
Efeito da Aplicação IAS 29	-	-	(1.682)	-
Imposto sobre operações financeiras	(45)	(20)	(695)	(560)
Outras despesas	(247)	(172)	(5.856)	(2.639)
	(327)	(883)	(44.787)	(24.028)
	16.866	18.644	2.081	34.393

25. Gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

25.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 2,3% da receita recorrente. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 8). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

(i) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	50	33	49.850	42.918
Aplicações financeiras (Nota 7)	60.108	6.891	413.374	508.806
	60.158	6.924	463.224	551.724

(ii) Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes (Nota 8)	170.382	131.129
	170.382	131.129

25.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos		
Fornecedores	47	-	-		47
Outros passivos	34	-	-		34
	81	-	-		81

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	13.623	-	-	-	13.623
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	40.720	79.399	129.862	-	249.981
Contas a pagar por aquisição de controladas- <i>Earn Outs</i> (nota 17)	35.610	48.932	6.407	-	90.949
Contas a pagar por aquisição de controladas- Parcelas Retidas (nota 17)	20.579	6.805	3.290	-	30.674
Contas a pagar por aquisição de controladas- Outras (Nota 17)	909	33	-	-	942
Outros passivos	7.979	2.328	-	-	10.307
	119.420	137.497	139.559	-	396.476

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para contas a pagar por aquisição de controladas.

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

25.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

25.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o

risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

25.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

25.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	50	50	33	33	49.850	49.850	42.918	42.918
Aplicações financeiras (Nota 7)	60.108	60.108	6.891	6.891	413.374	413.374	508.806	508.806
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	-	-	-	170.382	170.382	131.129	131.129
Outros créditos	49	49	28	28	50.620	50.620	29.604	29.604
Total	60.207	60.207	6.952	6.952	684.226	684.226	712.457	712.457
Passivos financeiros								
Fornecedores	47	47	7	7	13.623	13.623	8.518	8.518
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	2.852	2.852	249.981	249.981	97.288	97.288
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	-	-	-	-	112.487	112.487	130.767	130.767
Outros passivos	34	34	25.002	25.002	10.307	10.307	8.594	8.594
Total	81	81	27.861	27.861	386.398	386.398	245.167	245.167

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

Controladora					
31/12/2018			31/12/2017		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	50	33	-	-
Aplicações financeiras (Nota 7)	60.108	-	-	6.891	-
Outros créditos	-	49	28	-	-
	60.108	99	61	6.891	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	47	-	-	7
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	2.852
Outros passivos	-	34	-	-	25.002
	-	81	-	-	27.861

Consolidado					
31/12/2018			31/12/2017		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	49.850	42.918	-	-
Aplicações financeiras (Nota 7)	413.374	-	-	508.806	-
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	170.382	131.129	-	-
Outros créditos	-	50.620	29.604	-	-
	413.374	270.852	203.651	508.806	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	13.623	-	-	8.518
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	249.981	-	-	97.288
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	-	112.487	-	30.961	99.806
Outros passivos	-	10.307	-	-	8.594
	-	386.398	-	30.961	214.206

25.7. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

25.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC e SELIC, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2018, que foi de 6,40% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	60.108	Diminuição do CDI	6,40%	4,80%	3,20%
Receita financeira			3.847	2.885	1.923
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	413.374	Diminuição do CDI	6,40%	4,80%	3,20%
Receita financeira			26.456	19.842	13.228

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI e SELIC vigentes em 31 de dezembro de 2018, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2018 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Consolidado

Operação	Saldo em 31/12/2018	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES Taxa sujeita à variação	249.981	Aumento da TJLP	17.449 6,98%	21.823 8,73%	26.173 10,47%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	7.690	Aumento do IGPM	581 7,55%	726 9,44%	871 11,33%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	3.608	Aumento do CDI	232 6,42%	290 8,03%	347 9,63%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	22.774	Aumento do IPCA	854 3,75%	1.068 4,69%	1.282 5,63%
Aquisição de empresas Taxa sujeita à variação	41.951	Desvalorização do R\$	1.624 3,87%	2.030 4,84%	2.437 5,81%

26. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta no consolidado por R\$ 7.500 para responsabilidade civil profissionais, R\$ 70.000 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 119.000 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos. As coberturas de seguros mencionados nessas notas explicativas não fazem parte da revisão de auditoria.

27. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	71.055	84.845
Número médio ponderado de ações	163.081.069	163.890.682
Lucro básico por ação - (em reais)	0,4357	0,5177

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de "Stock Options" com outorga de 4.060.627 opções de ações e o potencial dilutivo total deste é representado por 946.123 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	71.055	84.845
Número médio ponderado de ações (*)	164.150.504	164.747.222
Lucro diluído por ação (em reais)	0,4329	0,5150

(*) Valores pós-desdobramento das ações de 13 de junho de 2016.

28. Pagamento com base em ações

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de dezembro de 2012, o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 1.842.951 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 6,24 (seis reais e vinte e quatro centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 406.059 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 11,28 (onze reais e vinte e oito centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 432.855 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 15,01 (quinze reais e um centavo), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 566.592 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 31 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 391.618 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 16,57 (dezesseis reais e cinquenta e sete centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 31 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 420.552 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 19,16 (dezenove reais e dezesseis centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 31 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de ações diferidas, totalizando 945.048, com preço de exercício de R\$ 15,70 (quinze reais e setenta centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 31 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de ações diferidas, totalizando 398.489, com preço de exercício de R\$ 19,16 (dezenove reais e dezesseis centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 23 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou abertura do programa de Recompra de ações da Companhia o exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra adquirir até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, correspondentes a até 1,206% do total de ações de emissão

da Companhia e até 1,206% das ações em Circulação, o objetivo do Programa de Recompra é de atender o exercício dos programas de ações diferidas e eventualmente programas de opções de compra de ações, podendo ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no inciso 1º artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na ICVM 567/15. Prazo máximo descrito nos termos do Programa de Recompra de ações 18 (dezoito) meses, iniciando em 23 de março de 2017 e encerrando em 23 de setembro de 2018.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Stock Option								
Outorga				Premissas valor justo				
Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Expectativa de		Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
					Dividendos - %	Volatilidade - %		
1ª	28/02/2013	1.842.951	6,24	4,24	3,30%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/2014	406.059	11,28	3,94	0,80%	25,11%	10,12%	4 anos
3ª	27/02/2015	432.855	15,01	3,95	1,28%	24,00%	7,05%	4 anos
4ª	29/02/2016	566.592	15,50	4,67	0,85%	25,01%	7,25%	4 anos
5ª	31/03/2017	391.618	16,57	3,83	1,34%	24,25%	9,71%	4 anos
6ª	31/03/2018	420.552	19,16	2,99	1,39%	23,69%	7,43%	4 anos

Ações Diferidas								
Outorga				Premissas valor justo				
Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Expectativa de		Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
					Dividendos - %	Volatilidade - %		
1ª	31/03/2017	945.048	15,70	14,85	1,34%	24,25%	9,71%	4 anos
2ª	31/03/2018	398.489	19,16	18,12	1,39%	23,69%	7,43%	4 anos

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.556 (R\$ 1.807 em 31 de dezembro de 2017), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” é de R\$ 16.104 (R\$ 11.548 em 31 de dezembro de 2017).

Alberto Menache
Diretor-Presidente

Pedro Holmes Monteiro Moreira
Vice-Presidente Financeiro e RI

Eloisa Moraes Souza de Oliveira
Contadora CRC-1SP247057/O-9

LINUX S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 06.948.969/0001-75
NIRE: 35.300.316.584

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA LINUX S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Conselho Fiscal da Linx S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e tomando como base o parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

Flávio Cesar Maia Luz João Adamo Junior
Presidente do Conselho Fiscal Membro do Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes
Membro do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

LINX S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 06.948.969/0001-75

NIRE: 35.300.316.584

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA LINX S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Comitê de Administração da **Linx S.A.** ("**Companhia**"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e tomando como base o parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária da **Companhia**.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

João Cox Neto

Coordenador do Comitê de Auditoria

Alberto Menache

Membro do Comitê de Auditoria

Roger de Barbosa Ingold

Membro do Comitê de Auditoria